

UM ENSAIO SOBRE O CONTROLE DA CIDADE E DO CIDADÃO CONTEMPORÂNEO¹

ROSA MOURA²

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)
Curitiba-PR
rmoura@pr.gov.br

RESUMO

Em meados do século passado, quando publicada a ficção de George Orwell, "1984", ninguém podia prever que tão cedo viesse a se tornar tão real. A cidade contemporânea submete-se e submete o cidadão a práticas e técnicas de extremo controle, em suas variadas formas. Um "Grande Irmão" paira verdadeiramente sobre todos, usando meios materiais e imateriais de observação, recriando o *panopticom* de Foucault em formas inusitadas da arquitetura defensiva, erguendo muros visíveis e invisíveis, fortificando enclaves, privatizando espaços públicos, produzindo simulacros, intimidando, persuadindo, excluindo. A serviço de que ou de quem? Sob que lógica? Revelar formas e refletir sobre processos e resultados é a intenção deste ensaio sobre a cidade que vigia e é ao mesmo tempo vigiada.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade murada. Arquitetura defensiva. Simulacro. Vigilância. Controle do cidadão.

AN ESSAY ON THE CONTEMPORARY CONTROL OF CITIES AND CITIZENS

ABSTRACT

In the forties, when George Orwell published the book "1984", the world couldn't believe that this fiction would become so real, in a very fast time. The contemporary cities submit themselves and the citizens to practices and

¹ Reflexões iniciais sobre o tema foram apresentadas na mostra CinemaCidade, organizada pelo Programa de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da PUC-PR, em maio de 2004, e divulgadas no artigo "A cidade vigiada", (http://vitruvius.com.br/arquitempos/arg053/arg053_02.asp). Outras reflexões introduzidas foram motivadas, em grande parte, por aporte bibliográfico sugerido por Henri Aczelrad (IPPUR/UFRJ), a quem a autora agradece.

² Geógrafa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

techniques of extreme control, in several ways. As in the fiction, nowadays, there is a "Big Brother" watching over everything. It uses material and immaterial ways to assure his control, rebuilding not only the classical Foucault's Panopticon, but a different one, with amazing forms of defensive architecture, fortified enclaves, simulating scenery, private and thematic controlled spaces, and catching citizens by intimidation and persuasion. The walls of exclusion are no longer just visible, but invisible too. Who or what is it for? Under what kind of logic does it work? Reveal and discuss these processes of control are the objectives of the present essay about the surveillant cities and at the same time cities under surveillance.

KEY-WORDS: Gated cities. Architecture of fear. Simulacrum. Surveillance. Controlled citizen.

Através das diversas tendências esboça-se uma estratégia global (isto é, um sistema unitário e um urbanismo já total). Uns farão entrar para a prática e concretizarão em ato a sociedade de consumo dirigida. Construirão não apenas centros comerciais como também centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. Imporão, tornando-a "legível", uma ideologia da felicidade, através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. [...] Outros edificarão centros decisionais, que concentram os meios do poder: informação, formação, organização, operação. Ou ainda: repressão (coações, inclusive a violência) e persuasão (ideologia, publicidade). Em redor desses centros se repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores dos produtos, como consumidores do espaço.

A convergência desses projetos comporta portanto os maiores perigos. Ela apresenta politicamente o problema da sociedade urbana. É possível que novas contradições surjam desses projetos, perturbando a convergência. Se uma estratégia unitária se constituísse e fosse bem sucedida, isso seria talvez irreparável (LEFEBVRE, *Le droit à la ville, Anthropos*, Paris, 1968 – 1991, p.25-26).

A cidade insistente e constantemente vigia ao mesmo tempo em que é vigiada. Meios materiais e imateriais de vigilância mantêm os seres sob

explícito controle e hiperexposição. Que lógicas tornaram realidade ficções de outrora ou vêm inspirando sátiras contemporâneas?

Quem se chocou com 1984 – título futurista de parábola de George Orwell sobre o totalitarismo, publicada em 1949 –, mais de 20 anos depois não se surpreende com a onipresença de um Grande Irmão, controlando todos por meio de lentes ou olhares inteligentes dos tantos aparatos em voga. Até se diverte com Christof, personagem que idealiza, produz e conduz o *Show de Truman*, cria o espaço/set – seu *panopticom* – e literalmente constrói a história do protagonista, num ambiente de total simulação. Sátira aos *reality show* ou reflexão sobre a cidade contemporânea?

Neste ensaio, pretende-se encarar a cidade que controla e é controlada. Comentando práticas e processos auxiliados pelos mais variados modelos de *panopticom* reinventados, ressaltar formas sutis ou ostensivas de controle do cidadão: dos simulacros aos muros, da persuasão subliminar ao convencimento explícito, da espia sub-reptícia à exposição escancarada, da liberdade pela informação ao enclausuramento mediado pela tela, da construção do espaço público ao pânico pelo outro...

VIGILÂNCIA DIS(SIMULADA) NO PLANEJAMENTO E URBANISMO

A arte de planejar, organizar, gerir produz espaços simulados e controlados. Concebidos para que tudo funcione equilibradamente, alguns projetos urbanos tornam a cidade apenas um simulacro no qual se vende a idéia de que todos podem ser felizes, integrados, adaptados, cumprindo seus papéis determinados, sem imprevistos. Verdadeiros cenários que aprisionam e sintetizam a realidade. Como na tela, em comentário de um dos personagens de Peter Weir: “nada do que se vê no *show* (de Truman) é falso; é apenas controlado”³.

³ Além do “O show de Truman”, de Peter Weir (1998), que transporta para um *reality show* a vida inteira de um cidadão comum, há emblemáticos filmes que desconstroem a imagem urbana produzida de bem-estar. Na seqüência contínua inicial de “Beleza Americana”, de Sam Mendes (1999), um zoom a partir da tomada aérea de uma cidade visivelmente organizada, tranquila, com ruas limpas, arborizadas, edificações de boa qualidade, terraços, jardins, portas que se abrem para interiores bem arrumados, bem servidos, habitados por famílias padrão, penetra-os e os decompõem na perversa e inconsistente farsa das relações de dominação e conflitos da sociedade. Em “Pleasantville” (“A vida em Preto e Branco”, no Brasil), filme de Gary Ross (1998), dois jovens dos anos 1990 são transportados, via tela de TV, para a ficção dos seriados dos anos 1950, rompendo o completo equilíbrio característico da casa, da família e da cidade, que os peculiarizava. Na medida em que os personagens originais despertam para o novo trazido pelos questionamentos dos recém-chegados, a aparente tranquilidade das relações cede lugar ao conflito, e as cenas mostradas em preto e branco vão aos poucos adquirindo cores.

A começar por *Seahaven* – a cidade cenário desse filme –, cuja dinâmica pré-concebida se inspirou e usou como set de locação um produto da corrente do *New Urbanism*, o resort “segundo-lar” e “cidade renascida” *Seaside*, localizado na Flórida. Essa corrente norte-americana do discurso urbano contemporâneo associa-se à correspondente inglesa *Neotraditional Town Planning*, ambas prenhas de alusões históricas, de recriação do passado ou da natureza, de busca às origens, à heterogeneidade controlada e à sensação de segurança. Para Soja (2002), ambas as correntes se voltam para uma população classe-média, abatida pela reestruturação econômica, amedrontada pelo⁴ crime e faminta por novas e melhores imagens da vida pós-metropolitana , sendo habilmente manejadas por intervenções de *marketing* e hipersimulações da utopia urbana.

Resgatando de Baudrillard⁵ as idéias de simulacro e hiper-realidade, Soja (1994, 2002) discute a recriação das cidades a partir de uma cópia exata de um original que já não existe – ou talvez nunca tenha existido –, que se “adianta ao processo mais simples da simulação para criar farsas e fantasias ‘reais’ que funcionam não apenas como imagens e ícones, mas como parte de nossa realidade material (1994, p.166)”; o simulacro como “predecessor”, num movimento de reposição do real por suas representações simuladas, precedendo a verdade e definindo o real como a si próprio (2002, p.325).

Essa cidade simulacro, marcada pelo “crescente poder político e social das simulações do real como substitutos lógicos e comportamentais para eventos e condições materiais reais” implica “uma mudança radical no imaginário urbano, nas maneiras pelas quais relacionamos nossas imagens do real com a própria realidade (SOJA, 1994, p.165-166)”.

Metaforizando o *game*, Soja (2002) refere-se a verdadeiras “*simcities*”,⁶ como desconstruções e (tentativas de) reconstituições de nosso modo de vida contemporâneo, da visão do mundo e do espaço vivido, numa recomposição da consciência e do imaginário centrado no urbano. Uma “refabulação ideológica” que afeta a vida cotidiana de sua “pós-metrópole”, na qual formas subliminares de regulação social e espacial, literalmente e

⁴ Expressão empregada por Soja (2002) para designar a formação resultante do “novo processo de urbanização”, decorrente da globalização e reestruturação da economia.

⁵ BAUDRILLARD, J. *La ilusión del fin o la huelga de los acontecimientos*. Barcelona: Anagrama, 1993.

⁶ Jogo eletrônico de simulação concebido por Will Wright, que projeta, constrói e gerencia cidades, povoadas por *Sims*, ou *simulated citizens*.

figurativamente, jogam com as mentes dos cidadãos, manipulando a consciência cívica e as imagens populares do espaço da cidade e da vida urbana, para manter a ordem.

A cidade prevista, e que prevê, faz com que a população se entregue a uma sensação de bem estar, a um “patriotismo” (VAINER, 2000) que a torna única, insubstituível, isenta a críticas, seduzida por grandes empreendimentos que dinamizam o mercado imobiliário e comercializam a expectativa de um ambiente sem sobressaltos. Essa produção artificial do espaço, numa ordenação mediada pela interação criador/criatura, constrói um cidadão despolitizado do significado de cidadania e de seu papel político enquanto agente da produção do espaço, naturalmente pacífico, dotado de um inabalável amor cívico pela sua própria cidade. Enquanto os cidadãos “se dividiriam quanto a visões ideológicas, projetos de sociedade e prioridades nacionais, os cidadinos estariam acima (ou além) destas pugnas (p.96)”.

A consolidação de simulacros urbanos se dá a partir da produção de um verdadeiro espetáculo, no qual os cidadinos, destituídos da capacidade criadora e transformados em consumidores do tema proposto, do produto urbanismo, tornam-se seus atores figurantes. A cidade é “reinventada” (SÁNCHEZ, 2003), “tematizada” (SORKIN, 1996), “commoditizada” (IRAZÁBAL, 2005), “iconificada” (HAZAN, 2005) veiculada pelo uso abusivo do *city marketing*, que transfigura a organização original e fixa novos valores diretamente relacionados com o consumo imposto pela ideologia dominante. Esses mecanismos de simulação dissimulados minimizam as possibilidades de participação política e eliminam os pressupostos que permitiriam a gestão democrática do espaço urbano.

Na alusão à *simcity*, habitada por *simcitizens*, Soja (2002) adverte que a hiper-realidade, em seu processo de repor a realidade, tem, entre outros efeitos, “disneyworldizado” a pós-metrópole. Valendo-se da mesma alusão, Zukin (2003) adverte que, na busca de maior eficácia no convencimento, simulações temáticas transfiguram-se em narrativas fictícias da identidade social, que escondem as assimetrias do poder por trás de fachadas que reproduzem uma natureza e uma história apenas unidimensionais. Esse mundo temático, de fato, “idealiza o espaço público urbano” para o mercado, oferecendo “uma estratégia competitiva de consenso (ZUKIN, 2003, p.13)”.

Tome um fio comum de crença, uma paixão que o povo compartilhe – sem que seja necessário lutar por ela – e a desenvolva em uma paisagem visual. Comercialize esta imagem como o símbolo da cidade.

Pegue uma área da cidade que reflita esta imagem: um tremulante complexo comercial à beira d'água para simbolizar o novo, uma majestosa estação ferroviária Beaux Arts para simbolizar a renovação, uma rua de pequena escala e lojas de tijolos vermelhos para simbolizar a memória histórica. E, por último, coloque a área sob administração privada, cujo desejo de limpar o espaço público tem ajudado a fazer dos corpos de segurança privada uma das ocupações em mais rápida expansão (ZUKIN, 2003, p.13).

Na aludida corporação de multimídia são gerados elementos de simulação urbana – meros recortes de seu cenário e do seu roteiro – que acabam sendo reproduzidos e apropriados como modelos urbanísticos: “disneydades”, conforme Zukin, desejadas como expressão da cultura pública de civilidade e segurança, com regras de uso e controle do espaço. Compõem uma estetização da paisagem urbana edificada sem o medo da cidade, pautada na narrativa fictícia da identidade social, em simulações da história, numa estratégia competitiva do consenso, produzindo uma felicidade aparente.

Sob tal receituário, *Seahaven*, *Pleasantville* e inúmeras “disneylândias” se multiplicam enquanto cidades planejadas/modelos de cidades. Configuram imagens de equilíbrio, mascarando os embates de poder, criando a fantasia de espaços seguros, civilizados, assépticos e materializando o consumo. Indústrias do imaginário coletivo, que projetam a cidade do pensamento hegemônico, como ideal para todos os segmentos sociais. Multiplicam-se também enquanto pedaços da cidade, no formato de grandes condomínios comerciais e residenciais auto-suficientes, *shopping centers*, espaços multiplex culturais e de lazer, *resorts*, grandes áreas gentrificadas, *business district centers* ancorados por corporações comerciais ou financeiras. Simples parques temáticos ou hiper-realidades concretas, baseiam-se em redes industriais de serviços, articulando a mídia, o capital imobiliário, o entretenimento, em uma cultura pública do consumo de um espaço de qualidade (ZUKIN, 2003).

Assim, os simulacros materializam perfeitamente uma das idéias centrais, ou o principal eufemismo, do modelo de planejamento estratégico de cidades: “fazer a cidade”. Mas, “quem de fato ‘faz a cidade?’” Como resposta, Arantes (2000, p.30) mostra a inequívoca presença de grandes empresas, em uma ação que resulta na reprodução de paisagens, das *landscapes of power* descritas por Zukin. Sob tal lógica, inúmeras cidades, tornadas mercadorias, transformam-se inteiras em “não-cidades”, em objetos efêmeros adaptados a interesses corporativos. Desenfreadamente

se entregam a projetos de inovação destituídos de possibilidades que representem mudanças a serem equanimemente apropriadas pela sociedade, apenas “entulhando” obras que as façam parecer modernas e as tornem rentáveis.

Sob a aceleração do tempo e promovendo a renovação como garantia de uma “imagem do progresso”, perdem-se os referenciais urbanos; a cidade se transforma “num instantâneo”, tornando a sociabilidade efêmera e revelando a produção da metrópole enquanto “espaço amnésico” (CARLOS, 2004).

A cidade permeia-se de espaços públicos não-civis, que se associam à idéia dos não-lugares (AUGÉ, 1994) ou lugares-nenhum (BENKO, 1994): lugares sem identidade própria, passageiros, sem história. Que acolhem máquinas, eliminando a possibilidade do diálogo, replicantes em todas as geografias, como recantos homogêneos, idênticos, um sem número de equipamentos urbanos iguais por toda a parte, objetos comuns voltados ao consumo, trazidos por corporações transnacionais que impõem exigências de mudanças da norma e das próprias lógicas locais, eliminando traços da memória urbana original, modificando a paisagem e estrangulando os hábitos – McDonalds, Blockbuster, Wal Mart, Alphaville são alguns dos símbolos mais bem acabados do processo.

Esses objetos urbanos, numerosos e insubordinados, tornam-se sujeitos, fazendo da humanidade multidão de figurantes de suas intenções (SANTOS, 1999). Objetos “invasores”, que possuem uma intencionalidade global mercantil e simbólica, extremamente adaptados a uma ação planejada que torna possível sua exatidão e eficácia. Com sua chegada, traços originais do lugar são preservados apenas como cópias mal elaboradas de uma memória apagada. Em substituição, são criados ícones urbanos que se apropriam da história, outorgam valor ao solo e à cidade, segregando populações insolváveis, para supostamente inserir a *urbs* num mercado mundial de alta competitividade.

A cidade simulada para a perfeição enclausura; omite a realidade da produção imperfeita do espaço e do exercício da cidadania; omite as contradições inerentes ao meio e à sociedade. “Exorciza” a segregação (BAUDRILLARD) num postigo mundo da sociabilidade cordial, por assim dizer ficcionalizada que, “sob a fachada de um *splendid new world*”, escamoteia “o lado *ugly* e *dark* da violência, da pobreza e do trabalho precarizado (ARANTES, 2003, p.34)”. Abstrai-se, em constelações de ilhas-santuários, da “feiúra do real e da pobreza criminalizada (SOJA, 2002, p.312)”.

Mais perfeita é a cidade –portanto mais cercada–, mais se tornam agudas as suas contradições. A cidade se torna cidadela. Cativo, o cidadão, vigiado, busca saídas? Ou acomoda-se diante da tela assistindo ao desespero ou à libertação de algum personagem?

OLHOS ARMADOS PROTEGEM LIMITES

O temor à cidade imperfeita, insegura, torna a casa cela. O contato com o mundo passa a ser mais e mais mediado pela tela que, ao mesmo tempo em que entretém, atualiza fatos sobre os perigos da rua. Essa hiperexposição provoca irreparáveis danos, pois as mensagens elaboradas e transmitidas pela imagem são fortes veículos de sedução e prazer, ao mesmo tempo, de controle e desmobilização (BAUDRILLARD, 1999).

Reality show e novela recriam a cotidianeidade abdicada pelo medo; e o olhar eletrônico desloca-se do debate e do conflito coletivo para colocar em destaque o conflito individual, absorvido pela passividade dos cidadãos em viver seu cotidiano projetado nesse típico *show* da vida. Momentos escolhidos – como no Show de Truman, seu reencontro com o pai – revertem-se em ápices de audiência, fazendo com que a emoção de um protagonista seja vivida em plenitude por uma platéia global que incorpora essa sensação como se fosse seu próprio sentimento. Por esse meio, na sociedade contemporânea, entes estranhos passam a fazer parte das famílias, sem cobrar ou criar conflitos. Assim, a interpassividade faz com que algum ator encare as emoções e as agruras da vida (ZIZEK, 2003).

No entanto, essa sensação não é completa, e para muitos, chega a ser incômoda. Afinal, o cotidiano assistido é regado a produtos que fazem o bem estar de qualquer pessoa, e cujo apelo ao consumo, ostensiva ou subliminarmente, maneja o sentimento emitido pela tela. Alcança, porém, uma sociedade desigual, fazendo brotar o desejo, a necessidade, a obrigação de consumir, enquanto reprime grande parte da demanda.

Numa sociedade sinóptica de viciados em comprar/assistir, os pobres não podem desviar os olhos; não há mais para onde olhar. Quanto maior a liberdade na tela e quanto mais sedutoras as tentações que emanam das vitrines, e mais profundo o sentido da realidade empobrecida, tanto mais irresistível se torna o desejo de experimentar, ainda que por um momento fugaz, o êxtase da escolha. Quanto mais escolha parecem ter os ricos, tanto mais a vida sem escolha parece insuportável para todos (BAUMAN, 2001, p.104).

Essa cidade que descortina vitrines, oferece e inibe, afronta e recua, provoca e nega, precisa proteger-se, enclausurar-se em espaços vigiados, ao mesmo tempo vigiar. Sob a prevalência de um pensamento hegemônico, o acirrado uso da técnica, para garantir constante vigilância sobre a cidade e o cidadão, é naturalizado.

Mudanças institucionais, comportamentais e ideológicas reorganizam o que se pode chamar de modo de regulação social e espacial da cidade, particularmente na pós-metrópole, evitando explosões mais freqüentes e mais violentas que há décadas passadas (SOJA, 2002). Essa reorganização preenche a morfologia urbana com várias formas de espaços protegidos e fortificados. Verdadeiras “ilhas de enclausuramento e proteção antecipada” contra perigos reais e imaginados da vida cotidiana (DAVIS, 1993). Soja (2002) assume a constatação de Davis e vai além, trazendo de Foucault a imagem de uma coleção de cidades carcerárias, um “arquipélago de claustros normalizados” que, voluntariamente e involuntariamente, barram indivíduos em comunidades, vigiadas de modo visível e não-tão visível, por formas de poder e autoridade pública ou privada.

Se *simcities* resultam de um modo de regulação da vida urbana mediante métodos de manipulação ideológica, o arquipélago carcerário de Soja remete a formas mais explícitas de controle, porém sempre sob a retórica da manutenção da paz urbana, ameaçada por conflitos sociais. Fisicamente, tomam forma de fortalezas, de enclaves fortificados, numa expansão da arquitetura e urbanismo da segurança obsessiva, concomitantemente à destruição do espaço público, ao policiamento ostensivo e ao aprisionamento do centro. Barreiras físicas e de vigilância – muros, grades, guaritas, blindagem, cercas elétricas, alarmes, sistemas de monitoramento, leitores infra-vermelho – aperfeiçoam e diversificam a cidade carcerária de Foucault, fazendo emergir a cidade-prisão, lugar em que a polícia substituiu a *polis* (SOJA, 1994).

As comunidades fechadas⁷ que recortam a paisagem urbana aprisionam parte do que era público, transformando em espaço de moradia ou consumo; em zonas proibidas para muitos segmentos sociais; em “enclaves seguros”, privatizados pelas classes médias e altas, que se deslocam de carro (ou helicóptero) entre eles; “bolhas de governança”

⁷ Blandy et al. (2003) fazem uma revisão da literatura recente a respeito das *gated communities*, as quais definem como o desenvolvimento de moradias cercadas e muradas com acesso público restrito, freqüentemente guardadas sob sistemas internos de TV e/ou segurança pessoal, e usualmente caracterizadas por acordos legais que vinculam os residentes a um código comum de conduta.

cercadas de “perigosos locais ingovernáveis”, conforme Lasch (1995). Outra parte do que restou de espaço público, classes populares praticamente “colonizam” e “territorializam” para o desenvolvimento de alternativas ao desemprego: comércio e serviços populares, informais, vendedores e artistas de esquinas e cruzamentos, lavadores, cuidadores, divulgadores e pedintes – atividades em grande parte associadas ao uso do automóvel (DUHAU, 2001), que também se torna blindado, protegido do outro que ameaça. Não tão longe, os já “guetificados” espaços da pobreza – enclaves também cercados, vigiados, protegidos, sob ordens de controles inconcebíveis – se reproduzem nos “morros”, nas “vilas” e “jardins” das periferias. Territorialidades onde os números fatais da violência crescem com o tráfico, a criminalidade, a miséria, a não-submissão à lei do silêncio.

No processo de apropriação e uso do espaço, exclusão e segregação são naturalizadas; a cidade torna-se violenta, a segurança transforma-se em mercadoria e passa a prevalecer o estado da exceção. Composição perfeita para que seja resgatada a distopia de Orwell: o exercício de controle sobre o espaço urbano aperfeiçoa-se e expressa-se na arquitetura do medo. A arquitetura, o urbanismo, o planejamento e outras armaduras defensivas, como também a “demonização das favelas”, protegem, assim, a negação da alteridade social ou étnica. Entretanto, são soluções que nem vão amenizar as divisões sociais, “apenas exacerbá-las, piorando a situação (CALDEIRA, 2005, p.4)”.

A arquitetura da proteção, fruto da exclusão explícita, cria espaços invioláveis, recria fachadas e funções do edifício, abre acessos privados aos condomínios fechados e entre centros comerciais; *design* que transforma espaços públicos historicamente heterogêneos em passarelas isoladas da “tensão da rua”, negando “as expressões espontâneas e inesperadas da vida”, evitando o “confronto com a realidade” (GOLDSMITH, 1999). Espaços que produzem sua própria norma, que inibem a passagem e a convivência democrática, antes garantida por ruas abertas, restringindo o direito da cidadania, agudizando o conflito em vez de preveni-lo, na medida em que tornam claras a extensão das desigualdades sociais e a falta de experiências e valores comuns (CALDEIRA, 1997). Tal arquitetura constrói “viveiros” para as classes média e alta, por vezes tentando miniaturizar a natureza dentro deles, dissimulando e “humanizando” sua função de fortaleza (DAVIS, 1989).

Como resultado da associação de tais instrumentos, a “cidade, de lugar da hospitalidade, torna-se inóspita ao acolhimento do outro e cristaliza-se na cidadela, que é lugar fortificado onde só se reconhece o mesmo

(PECHMAN,⁸ 2003, p.72)". Espaço “êmico”, como categoriza Bauman (2001), separado, seletivo ao acesso, guetificado, numa tentativa assistida de responder ao desafio de “enfrentar a chance de encontrar estranhos”, em tempos nos quais os hábitos de civilidade se encontram ausentes. Recorte que recoloca em discussão o sentido da vida em “comunidade”: última relíquia das utopias das sociedades de outrora, do sonho de uma vida compartilhada com vizinhos, com melhores regras de convívio. Recriada para buscar segurança, a “comunidade” contemporânea passa a ser nada mais que um território vigiado. O relacionamento comunitário do passado, que se dava “usando os olhos, línguas e mãos”, nas *gated cities* passa a ser definido por fronteiras vigiadas de perto e não mais por seu conteúdo; e a “defesa da comunidade”, traduzida pelo emprego de guardiões armados. Em síntese, “compartimentação das áreas públicas em enclaves ‘defensáveis’ com acesso seletivo; separação no lugar da vida em comum – essas são as principais dimensões da evolução corrente da vida urbana (p.111)”.

Tal qual condomínios residenciais, os *shopping centers* tornam-se espaços “purificados”, cuja atração magnética à colorida e caleidoscópica variedade de sensações em oferta – amansadas, higienizadas, tornadas seguras, “puro divertimento” – não corresponde à escassa diferença de seus transeuntes. Oferecem o que nenhuma “realidade real” externa pode dar: o equilíbrio perfeito entre liberdade e segurança (BAUMAN, 2001, p.116)”. Na leitura de Davis (1993), “pseudo-espacos públicos para consumidores ricos de nossos dias [...], repletos de sinais invisíveis que impedem a entrada do ‘outro’ da subclasse (p.207)”.

Esses fragmentos da cidade, protegidos do mundo exterior, percebido como ameaçador, constituem um imenso arquipélago pouco integrado ao resto do território (SCHAPIRA, 2000). Configuram múltiplas fronteiras que vão obstruindo a porosidade urbana, esgarçando o tecido social, fragilizando a unidade territorial.

A territorialização do espaço, onde o medo aumenta na proporção inversa à confiabilidade nas instituições encarregadas de manter a ordem,

⁸ Ressonância entre estratégias históricas para enfrentamento da alteridade humana, descritas por Lévi-Strauss em *Tristes trópicos*: a “antropoêmica”, no sentido de excluir, impedir contatos físicos, diálogo, “cuspir” os outros vistos como estranhos, alheios; e “antropofágica”, consistindo em absorver, devorar, “ingerir” corpos e espíritos estranhos, de modo a torná-los idênticos, pelo metabolismo, aos corpos que o ingerem (BAUMAN, 2001). La Défense é exemplo dado por Bauman de objeto arquitetônico da estratégia “êmica”, cujo único destino é ser atravessado e ser deixado para trás o mais rapidamente possível; espaços de consumo, uniformizadores, são os “fágicos”.

propicia formas alternativas de autodefesa e faz com que seja transformado o Direito. A instituição de códigos particulares nos enclaves urbanos, de alta ou baixa renda, confirma a fragmentação, a ilegalidade e a ilegitimidade no exercício do poder, negando princípios soberanos firmados para a proteção da coletividade. Coloca em prática normas duvidosas e um novo mando, apontando para o anacronismo ou o desvio funcional de instituições consagradas para a manutenção da lei e da ordem urbana, confiscadas por interesses privados. Essas territorialidades emergentes exercem um direito particularizado, um direito territorial de fato, que impõe estatutos e procedimentos que subvertem os princípios democráticos e a ética.

A ostentação da cidade hegemônica, com direitos e lugares, e a ameaça explícita da violência de seus redutos são uma agressão à cidade dos não-cidadãos, um constrangimento à cidadania: ao se “proteger”, a sociedade ameaça. A metáfora de Virilio (1997) de uma cidade formada por uma elite que viverá em *bunkers* e por miseráveis que vão atacá-la é simplista diante dos imbricados embates cotidianos e dos comandos territorializados que se multiplicam.

Desigualdade e dominação, expressas nas condições de vida e de poder, complexificam-se. Áreas nobres e pobres, cidade legal e cidade ilegal, que no passado foram contraposições de imagens, caracterizando uma aparente dualidade do espaço urbano, cedem lugar ao desenho contemporâneo que expõe, sem subterfúgios, um único ambiente promíscuo, perfeitamente ajustado à sua lógica de produção. Privilégios entrecruzam-se com privação; áreas “luminosas”, inseridas na dinâmica resultante da técnica, da velocidade, das redes, mesclam-se a áreas “opacas”, imersas em “tempos lentos” (SANTOS, 1996), nas quais a imobilidade das pessoas leva a cidade a se tornar tal conjunto de guetos e transforma sua fragmentação em desintegração (SANTOS, 1990).

A ATENTA ESPIA DO MERCADO

Nas palavras de Bauman (2001), 1984, de Orwell, é um inventário dos medos e apreensões que assombravam a modernidade em seu estágio sólido.⁹ Se essa distopia representava um pesadelo público, um mau

⁹ Metáfora empregada por Bauman (2001 e 2003) para caracterizar a natureza de diferentes fases da modernidade: a sólida, mais resistente à manutenção da forma, com dimensão espacial clara, rígida ao tempo, cujas rupturas com a realidade herdada se dão no sentido de aperfeiçoá-la, mantendo-a sólida; e a líquida, fluida, móvel, sem se ater à forma, mas completamente afeta ao tempo, constantemente sendo desmontada, porém sem nenhuma perspectiva de permanência.

presságio, com o tempo ela foi provocando outras percepções, sendo apropriada por uma sociedade que perde a ilusão moderna do domínio sobre o futuro, da mudança histórica para um “Estado de perfeição”, ao mesmo tempo em que se entrega ao desfrute do pleno prazer da individual possibilidade de opção, de consumo. Essa sociedade, fragmentada, tornada individualista, deixou de temer o espectro de um Grande Irmão que “nunca cochila”, está sempre “atento, rápido e expedito em premiar os fiéis e punir os infiéis (p.38)”, mas passou a sofrer o medo do desconhecido, do incontrolável, que acirra a disputa e as consequências imprevistas das iniciativas humanas.

Coberta pelo desencanto, acomodada na idéia da imperfeição e descrente do senso do coletivo, a sociedade contemporânea quase nem reparou que as garras do totalitarismo político – que parecia ter se rompido com a derrubada de muros – estavam sendo imperceptivelmente apropriadas pelo totalitarismo do mercado. Mudança que exigiu o aperfeiçoamento das técnicas de controle e dominação, atingindo um grau de eficácia que aponta para a utopia da perfeição de *Seahaven*, mantendo o Grande Irmão à espreita. De fato, a narrativa fictícia de Orwell crescentemente se tornou realidade. Desde “1984” até nossos dias, foi se estruturando um mundo apoiado em signos e na sutileza de um discurso hegemônico, massificado sob compulsão ao consumo.

Vive-se hoje no mais totalitário de todos os sistemas, cujo centro é formado pelo próprio Ocidente democrático. [...] A voz do Grande Irmão é a voz do mercado mundial anônimo; e a ‘polícia do pensamento’ das relações democráticas de concorrência funciona de forma muito mais refinada do que todas as polícias secretas (KURZ, 2003, p.15).

O capital globalizado vem aperfeiçoando cada vez mais os métodos de conhecimento e indução, para que a sociedade desenvolva o gosto pelos seus produtos, adquira a necessidade de seus serviços, incorpore os símbolos de sua identidade. Mistificando o caráter de mera mercadoria, a maioria das *commodities* de consumo de massa, ao tempo em que se expandem geograficamente – com pequena ou nenhuma consideração pelos interesses ou demandas das comunidades envolvidas –, tornam-se símbolos globais. Efetivam a presença e o poder de vertentes hegemônicas do imperialismo comercial, como exemplificam alguns dos ícones deste momento de hiper competitividade do consumo contemporâneo: Coca-Cola, McDonalds e Disney.

No inexaurível processo de “Coca-Colonização”,¹⁰ faz-se crer que tomar o refrigerante é participar do *American Dream*. Similarmente, por meio de contínua persuasão – e da potencial realização da ilusão de desfrutar “*food, folks and fun*” (SMART, 1999) – a “McDolnadição”¹¹ recria culturas locais e reforça um sistema de dominação, uma ideologia, assim como um conjunto de práticas sociais; uma construção cultural com seus mitos, códigos semióticos e discursos, seduzindo o consumidor com promessas de prazer, economia e sociabilidade. Impõe-se a sensação de que adentrar um McDonalds é juntar-se à sociedade de consumo e usufruir da “democracia norte-americana”, participando da cultura nacional e validando seus valores (KELLNER, 1999). Na espetacularização do produto, o *marketing* da rede leva o consumidor a um mundo de simulações, hiper-realidade e implosão de fronteiras, numa hibridização que sintetiza signos da modernidade com traços locais de tradição e cultura – e posiciona os “arcos amarelos” entre os objetos mais ubíquos e mais facilmente reconhecidos no mundo. Condição que os coloca, também, como alvos nítidos da resistência e de ataques, portanto constantemente vigiados.

Disneylândia e o Disney World reproduzem a mesma veiculação ideológica, associando o consumo ao lazer, entretenimento, cultura e urbanismo. Para Zukin (2003), “o mundo Disney é inevitável. É o próprio *alter ego* e a fantasia coletiva da sociedade americana, a fonte de muitos de nossos mitos e de nossa auto-estima (p.11)”; a imagem da América que os estrangeiros querem visitar, um modo de vida ao qual se quer unir.

MacDonalds e Disney são capitais que agem associadamente à Coca-cola, que é comercializada nas ante-salas, veiculada nos filmes de animação orientativos e obrigatoriamente consumida pelos freqüentadores

¹⁰ Bayley, S. Coke: *Designing a World Brand*. Londres, Conran Foundation, 1986; Pendergrast, M. *For God, Country and Coca-Cola*. Londres, Weidenfeld, 1993; apud Smart (1999).

¹¹ Smart (1999) e Kellner (1999), dentre outros, analisam criticamente as publicações de George Ritzer, *The McDonaldization of Society: an investigation into the changing character of contemporary social life* (ed. rev., Thousand Oaks. CA, Pine Forge Press, 1996) e *The McDonaldization Thesis: explorations and extensions* (Londres, Sage, 1998), nas quais o autor estuda o processo de produção e consumo da cadeia McDonalds, com base na teoria da racionalização de Max Weber. Um dos aspectos analisados é o uso por Ritzer da metáfora da “gaiola de ferro”, de Weber, no sentido de que é difícil à moderna vida social escapar ao aprisionamento do sistema racional da McDonaldização, dotado de eficiência, previsibilidade e controle. Para Smart, o uso da metáfora é impróprio, pois uma complexidade de ordens subjetivas e culturais faz com que as pessoas não sejam capturadas e aprisionadas, mas poderosamente seduzidas pelo sistema. Kellner reafirma a impropriedade, sugerindo que o fenômeno da McDonaldização adere à metáfora da gaiola de ferro apenas pelos aspectos socioeconômicos, mas que outros, mais hedonísticos e de orientação cultural, exigem a analogia com uma casa plástica e divertida.

de determinados grupos de exibição de cinema; que exibem os filmes da Disney, cujos personagens são veiculados também em pacotes de lanches infantis e outros produtos da cadeia McDonalds; em cuja rede o refrigerante mais comercializado é a Coca-Cola, inclusive em suas *franchising* no interior dos espaços da Disney; que se ancora nessas marcas e em inúmeras outras; e assim sucessivamente... Diante dessa cadeia, há que se concordar que tais “sinergias entre os vários investimentos corporativos são um modelo para a economia simbólica baseada na mídia, no capital imobiliário e na exibição artística (ZUKIN, 2003, p.14)”.

As estratégias desenvolvidas por essas corporações são reproduzidas por infinitas outras, perpetuando um poder de imposição de ideais e tornando o consumo um objetivo vital. Uma galáxia de mensagens sonoras, expondo suas *commodities* invade ostensiva e subliminarmente o cotidiano, passando a mediar as relações entre os indivíduos. Vêm em imagens paralisadas em *outdoors* ou como vitrines em movimento nos telões, nos ônibus, em *motoboys*, até em carrinhos de catadores, e principalmente pulsando incessantemente nas telas. Através delas, estratégias de mercado transformam o imaginário individual e coletivo, os hábitos e valores. Enquanto introjetam o desejo e o apetite, colocam a sociedade em observação contínua, como forma de apreender suas nuances mais íntimas, seus traços identitários, subsídios para aperfeiçoar e inovar produtos.

Peter Weir realça a insistência do *merchandising* em *reality show*. Assim como na ficção, é crescente uma espécie de vício em comprar e assistir; em assistir e comprar. As ofertas da tela são sedutoras e alcançam todos, o que faz com que a obediência aos padrões tenda a ser obtida mais pela sedução que pela coerção, e apareça “sob o disfarce do livre-arbítrio, em vez de revelar-se como força externa (BAUMAN, 2001, p.101)”. A mediação pelo monitor inibe a própria vida. “Imagens poderosas, ‘mais reais que a realidade’, em telas ubíquas, estabelecem os padrões da realidade e de sua avaliação, e também a necessidade de tornar mais palatável a realidade ‘vivida’. A vida desejada tende a ser a vida ‘vista na TV’ (p.99)”. Sem charme é a vida realizada, que parece irreal.

Ao mesmo tempo, entregar-se a um estado de interpassividade provoca uma sensação de alívio: na tela, alguém se satisfaz, alguém exterioriza os sentimentos mais íntimos, e se pode literalmente “rir” e “chorar” através do outro¹² (ZIZEK, 2003).

¹² Mesmo que esse “outro” seja uma mera “caixa do riso”, ou uma “risada enlatada” que, conforme Zizek (2003), substitui e abala as pressuposições naturais relativas ao estado de nossas emoções mais profundas.

Na leitura das parábolas Orwellianas, a sociedade pode se reconhecer a si mesma como prisioneira desse sistema amadurecido. Como um mosaico de pequenos Trumans, em menor evidência, mas cativos do mercado, seduzidos pelo consumo imposto pelo *merchandising* do *reality show*, ao qual assistem como substituto do próprio cotidiano. Interpassivos, destituídos do espaço enquanto esfera pública, amedrontados com relação ao outro, despolitizados, invadidos na privacidade. Protagonistas ou figurantes?

Truman rechaça a farsa, ao tomar conhecimento dela. Mas, a sociedade contemporânea se entrega à manipulação desse poder central, que arrebata o pensamento do indivíduo e dispõe sobre o imaginário coletivo. Então, consente e até inveja ser observada: celebriidade é ser visto, independente da circunstância. O objeto do desejo é estar no centro da cena, e isso torna difuso o controle da sociedade, já que “a exposição da privacidade é um valor, não uma tortura (BENTES, 2003)”. Trágico-reverso da noção Bentham-Orwelliana da sociedade do *panopticom*, na qual se está (potencialmente) sob observação: hoje, a inquietude parece despontar da possibilidade de não estar exposto ao olhar vigilante do outro o tempo todo.

Como em “1984”, o sinistro já não é tanto a coerção externa, mas muito mais a interiorização dessa coerção (KURZ, 2003).

O PANOPTICOM REINVENTADO

O modelo disciplinar do “panoptismo”¹⁴ persiste (mesmo modificado) e se aperfeiçoa nos dias de hoje, com seu poder de controle, vigilante e coercitivo. “Não é preciso mais confinar ninguém, já estamos numa prisão sem grades, virtual [...] (BENTES, 2003, p.7)”.

¹³ Reflexão que Diken e Laustsen (2002) realizam apoiados em Žižek, S. *Did Somebody Say Totalitarianism? Five Interventions in the (Mis)use of a Notion*. Londres, Verso, 2001.

¹⁴ Segundo Foucault, o sistema ótico inovador do *panopticom*, editado no final do século XVIII, tinha como princípio: “na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Essas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia (FOUCAULT, 1984, p.210)”.

O controle atual estabelece um exercício de poder e de dominação sobre as pessoas que, exacerbado, faz-se circular por canais cada vez mais reticulares. Onipresente nos objetos construídos e móveis, olhares vigilantes imiscuem-se nas mais íntimas formas de relações sociais, capturam os indivíduos, sua ação cotidiana, seus corpos.

Transmissores imperceptíveis, lentes e *chips*, etiquetas identificadoras por radiofrequência, rastreadores, radares de bolso, satélites, veículos aéreos não-tripulados, tecnologias sem fio, bina, celular, células óticas, crachás eletrônicos, sensores de digitais, scanners retinais, do código de voz e do próprio corpo, em sistemas de supervigilância digital e biovigilância, significam tanto novas liberdades como nova escravidão. Nas ruas, lojas, supermercados, bancos, caixas eletrônicos, portarias, elevadores, passou a ser naturalizada a presença disseminada do aviso irônico: "Sorria. Você está sendo filmado!"

"Anjos da guarda eletrônicos" monitoram a segurança residencial, "numa vigilância permanente da rotina da vida diária (DAVIS, 2001, p.349)". Edifícios "sensitivos" já incluem em seus sistemas sensoriais "visão panóptica, olfato, sensibilidade à temperatura e umidade, detecção de movimentos e, em alguns casos, audição (p.350)". A inteligência artificial de sistemas computadorizados será capaz de analisar e controlar a população residente ou usuária e, sem precisar recorrer ao pessoal de segurança, "o próprio edifício poderá lidar com crises", prenunciando "uma nova geração de anti-heróis arquitetônicos" que, alternadamente, "combaterão o mal ou se tornarão seus peões (p.350)".

Para Davis (2001), o "Admirável Mundo Novo", de Huxley, está agora fora das prateleiras.

É um mundo onde não haverá nenhum lugar para nos escondermos, nem qualquer lugar para se esconder qualquer coisa. Já existem dispositivos em desenvolvimento que irão enxergar através de paredes e revisar suspeitos à distância, olhando por baixo de suas roupas e por dentro de seus corpos. Indivíduos poderão ser identificados por seus cheiros característicos e rastreados ou 'reconhecidos' eletronicamente antes mesmo que tenham tido tempo de completar um crime. E graças a videocâmeras digitais baratas e a novos algoritmos de pesquisa poderosos, os indivíduos serão rastreados por computadores. Não haverá nenhum anonimato, mesmo nas multidões ¹⁵ antes acolhedoras (New Scientist, 1995, p.4, apud DAVIS, 2001, p.350).

¹⁵ "Technospy: Nowhere to Hide". New Scientist, Nov. 4, 1995, apud Davis, 2001.

Esse domínio total sobre o indivíduo e a eterna vigilância que paira sobre objetos fixos e em movimento servem mais ao controle que à segurança. Da inteligência geográfica, que georreferencia objetos urbanos e indicadores pessoais, até *chips* injetados nos corpos ou sistemas contendo a seqüência genética dos indivíduos, aperfeiçoam-se as possibilidades postas à disposição, não só de órgãos de segurança, como do mercado de trabalho e de consumo.

Consagram o paradoxo do capitalismo do século XXI: “um sistema político que celebra a escolha, a autonomia e o individualismo acima de todas as virtudes exige que a escolha, a autonomia e o individualismo sejam perpetuamente suprimidos (MONBIOT, 2006, p. A12)”. Supressão admitida em nome da segurança, da proteção, e que vai consolidando uma submissão gradual. “E então não será necessário um novo governo tirânico para nos privar da liberdade. Passo a passo, voluntariamente, já teremos desistido dela (p. A12)”.

Cidadãos consentidamente aprisionados, invisivelmente marcados, intermediados por tecnologias de informação e comunicação, abdicam do espaço público das relações interpessoais e adotam o espaço privatizado, mediado por máquinas, minuciosamente controlado. O diálogo passa a ser teclado, tocado e monitorado: instaura-se uma conversação muda, ou, se sonora, sem alma, sem tato, sem o calor da presença, num processo de comunicação solitária e superexposição permanente.

Também superexposta, a cidade entrega-se a essa invasão imperceptível do interior dos seus espaços e à mutação dos papéis (VIRILIO, 1991). A instantaneidade dos meios de comunicação permite uma sucessão de eventos espetacularizados, banalizados, transmitidos *on live* a uma sociedade que a tudo assiste, entretanto como espectadora, irresponsabilizada: a queda das Torres Gêmeas ou a tomada de Bagdá foram os mais bem acabados “efeitos especiais” jamais vistos ao vivo pela população mundial.

Ao mesmo tempo foco e nó de fluxos de relações e redes, mais que o habitante, o usuário em permanente deslocamento é outra marca da cidade. A arquitetura defensiva tem de adaptar-se a interlocutores em trânsito, a transeuntes desconhecidos que impõem o risco: “equipada com objetos de controle, a porta da cidade deixa de ser o *gate*, o arco do triunfo, e passa a se constituir de ‘sistemas de audiência eletrônicos’, ‘pórticos magnéticos’, que interceptam o ‘suspeito’ no trajeto (VIRILIO, 1991, p.11)”. A cidade, desprovida de portas, encontra alternativas invisíveis para sua infinidade de

rupturas, servindo-se de fechamentos, certamente menos aparentes que na antiguidade, mas não menos limitantes e segregativos.

Para Deleuze,¹⁶ nas sociedades de controle pós-disciplinares, a tecnologia contemporânea constitui uma nova topologia social, na qual a delimitação geográfica/institucional da disciplina, ou seja, a distinção entre os de dentro e os de fora, torna-se obsoleta. Uma lógica que troca essa relação binária por aparatos descentralizados e desterritorializados de disciplina. Formas móveis de controle são concebidas para essa sociedade cada vez mais nômade, voltada a observar o contínuo movimento de inclusão e exclusão. Enquanto a disciplina trabalhava fundamentalmente como um instrumento de imobilização, as formas de poder pós-*panópticom* objetivam a condução de sujeitos móveis.

Na sociedade moderna, em seu estágio sólido, como descrito por Bauman (2001), os hábitos nômades eram mal vistos. Cidadania era assentamento, enquanto “falta de endereço” e de “estado de origem” significavam exclusão da comunidade obediente e protegida pelas leis. Embora isso ainda se aplique a segmentos da sociedade, “à ‘subclasse’ andarilha e ‘sem-teto’, sujeita às antigas técnicas de controle panóptico”, a prevalência do “sedentarismo sobre o nomadismo e da dominação dos assentados sobre nômades está chegando ao fim. Estamos testemunhando a vingança do nomadismo contra o princípio da territorialidade e do assentamento. No estágio fluido da modernidade, a maioria assentada é dominada pela elite nômade e extraterritorial (p.20)”.

Isso implica que a cidade contemporânea reedite e adapte o *panópticom*. No ideal de Jeremy Bertham, a visibilidade deve ser organizada inteiramente em torno de um olhar dominador e vigilante, de uma autoridade central “que vê sem ser vista”, como assim permitia o sistema ótico inovador do *panópticom*. Uma visibilidade universal, agindo em proveito de um poder rigoroso e meticoloso, que não encerrava a vigilância ao espaço interior: a construção devia ser vista pela cidade, para que tanto os internos assimilassem o constante controle, mesmo sem ver o olhar da autoridade, quanto os cidadãos internalizassem o risco do aprisionamento, intimidados pela soberania onipresente, mesmo que não necessariamente real. Reforçava-se diluindo o comando central em um sistema encadeado de controle mútuo, entre guardas e todas as esferas administrativas.

¹⁶ DELEUZE, G. *Negotiations*. Nova York: Columbia University Press, 1995, *apud* Diken e Laustsen, 2002.

Mais que o confinamento, o principal objetivo era a manipulação da auto-consciência, cujas mentes (dos prisioneiros, funcionários e cidadãos) estariam sob efeito de uma ordem inacessível, divina, consolidando a soberania na idéia da invisibilidade; na paradoxal relação entre ausência e presença. Esse sistema, porém, cria uma armadilha: ao não se perceber quem observa quem, ou quem é soberano, e ao não se distinguir sujeitos e objetos, o dentro e o fora, a realidade e a ficção, os próprios limites se mesclam no interior de cada outro e penetram no que Diken e Laustsen (2002) chamam de uma “zona de indistinção”. Tal qual a cidade que, imaginada como um espaço disciplinado, murado, com nítidos contornos entre a inclusão e a exclusão, os de dentro e os de fora, os sujeitos e os fora da lei (estes distintos e fora da cidade), torna-se, contemporaneamente, apropriada por uma multiplicidade de fronteiras e fluxos em todas as direções, que tornam tais oposições indistintas. Parte da vida nas cidades passa a situar-se nessas “zonas de indistinção”, nas quais se confundem o que controla e o que é controlado, o que ameaça e o que é ameaçado.

Como um complexo artefato tecnológico, a cidade do século XXI ilumina a lógica do controle e torna-se o ponto nodal nas sociedades móveis da vigilância. O controle digital traduz tudo a uma lógica de códigos e senhas, transgredindo a dualidade entre massa e indivíduo. Um controle não mais localizado, mas sob regulação fluida, infinitamente divisível, fractal, que produz uma subjetividade híbrida, metastática, em nada correspondente às identidades estáveis da sociedade disciplinar. Conforme Foucault,¹⁷ passa-se da disciplina excepcional para a vigilância generalizada.

A desintegração da rede social, vista como um efeito colateral, é tanto uma condição quanto um resultado da nova técnica do poder, “cada vez mais móvel, escorregadio, evasivo e fugitivo”, que, para que tenha liberdade de fluir, exige um mundo “livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas (BAUMAN, 2001, p.21)”. “Essa parece ser a distopia feita sob medida para a modernidade líquida – e capaz de substituir os terrores dos pesadelos de Orwell e Huxley (p.22)”.

¹⁷ FOUCAULT, M. *Discipline and Punish*. Londres: Penguin, 1977, apud Diken e Laustsen, 2002.

OS OLHOS FIXOS NO OUTRO

Diferentemente do espaço delimitado do cenário, no qual há pleno controle das contradições programadas pela ficção, no espaço real, vivido, as condições desiguais de acesso a bens e direitos consagram injustiças, desamparam e abrem fendas à revolta, à contínua dissolução da vida social. Do silêncio imposto pelo controle político, a sociedade rende-se à submissão imobilizadora dos mandos do mercado, ou à paranóia generalizada dos mandos da guerra. Assim, se faz verdadeira e até exagerada a tendência da estratégia global esboçada por Lefebvre (1991) e suas conseqüências, colocando em xeque a força das contradições dos projetos existentes para perturbarem a eficácia dessa estratégia e tornando ainda mais preocupante a possibilidade de a sociedade já estar imersa em uma situação irreparável.

Soja (2002), alargando a metáfora da *simcity*, mostra que uma produção de hiper-realidade altamente especializada e politicamente bem sucedida, praticada nos anos Reagan a Busch, vem resultando na *SimAmerica*. Entre as mais convincentes hipersimulações está a cruzada pelo Estado mínimo, reestruturando a ideologia nacional e o imaginário urbano. Sob a retórica de que “governo menor é melhor”, o *welfare state*, num momento de arraigada recessão, desindustrialização, perdas salariais e desconstrução e reconstrução virtual do significado da democracia representativa, converteu-se no *warfare state*, com ações externas planejadas e efeitos espetaculares altamente cinematográficos/televisuais.

Internamente, no rastro de outra hipersimulação – a de que o fim da Guerra Fria cedeu lugar a uma “nova ordem mundial” e cuja ideologia se tornou a força mais efetiva no desenvolvimento urbano e regional dos Estados Unidos –, foram desencadeadas ofensivas contra segmentos da sociedade, “transformando a velha guerra contra a pobreza numa guerra contra o pobre urbano”. Sob apelo da lei e da ordem, forças policiais foram mobilizadas e militarizadas para lutar contra grupos típicos das *inner cities* – drogados, gangues, jovens desempregados negros, entre outros –, que simbolicamente reconstituíram um “inimigo urbano interior”.

Como parte do mesmo processo, algumas tendências mundiais adquirem, na cidade periférica, dimensões trágicas. Francisco de Oliveira (2006) mostra que a metrópole brasileira se transformou num “Estado de Exceção”. A flexibilização do trabalho tornou a informalidade regra, o emprego incerto e o futuro imprevisível; a financeirização dos orçamentos públicos retirou a autonomia dos estados; as políticas sociais vêm relegando o projeto de mudar a distribuição de renda, transformando-se em

“antipolíticas de funcionalização da pobreza” ou políticas focadas como a exceção da universalização. Em seu entender as “cidades são os lugares por excelência dessas exceções (2003, p.11)”.

Os crescentes contingentes de excluídos assustam, são uma ameaça ao conforto dos que usufruem a modernidade urbana. Em substituição à adoção de políticas públicas de enfrentamento à pobreza, à segregação socioespacial e de integração comunitária, o Estado opta pelo estímulo à emergente indústria da segurança privada, autorizando a intimidação de lugares, de jovens, de tipos “inferiores” em movimento. Sem cidadania, as classes ditas “subalternas são e carregam os estigmas da suspeita, da culpa, da incriminação permanente (CHAUÍ, 1989, p.57)”. O outro tornado inimigo legitima o controle indiscriminado, fazendo romper a possibilidade da cidade como o espaço da produção de relações. Conforme Zukin (*apud* BAUMAN, 2001, p.110), promove um modo de separação territorial, “o direito a um ‘espaço defensável’ separado, espaço que precisa de defesa precisamente por ser separado”, restritivo às pessoas que não tenham a mesma identidade. Seja étnica, seja de classe.

A relação incluídos/excluídos, consubstanciada em fronteiras físicas e simbólicas, e a crise da alteridade provocam o confronto, desencadeiam uma ordem incontrolável de conflitos e aumentam a tensão urbana. Como desculpa para conter a avalanche da violência e da criminalidade, a policialização da sociedade incita uma guerra civil mal disfarçada. Um perigo para a “cultura pública”: o “espectro arrepiante e apavorante de ‘ruas inseguras’ mantém as pessoas longe dos espaços públicos e as afasta da busca da arte e das habilidades necessárias para compartilhar a vida pública (BAUMAN, 2001, p.110)”.

Intensificam-se as formas de repressão no espaço e no movimento das pessoas, apoiadas na “resposta armada ubíqua”, numa obsessão por sistemas de segurança física e pelo controle arquitetônico das fronteiras sociais (fusão do urbanismo, da arquitetura e do aparato policial num único e abrangente esforço de segurança). Visões distópicas, que registram que a “escalada faraônica da segurança residencial e comercial suplanta as esperanças residuais por reforma urbana e integração social (DAVIS, 1993, p.206)”.

São exemplos as “zonas de controle social”, como na Los Angeles contemporânea, que associam as sanções do código civil ou do penal com o planejamento do uso do solo, impondo a disciplina espacial – estágio avançado na evolução da “ordem disciplinadora” da cidade moderna. Tal estratégia “de distritos de controle social penaliza os indivíduos, mesmo na

ausência de atos criminosos, simplesmente por pertencerem a um grupo. Além disso, a ‘criminalização do *status*’ alimenta as fantasias da classe média sobre a natureza das classes perigosas (DAVIS, 2001, p.367)”.

O retorno da disciplina nunca foi tão evidente quanto nas comunidades fechadas, cuja obsessão pela segurança expressa a ilusão de que a “violência” do lado de fora possa ser apagada da memória. Ícones da expressão das “transpolíticas”¹⁸ de segurança do Estado tornam-se lugares do terror, onde a polícia “guerreia com o pobre criminalizado” e os inocentes estranhos são dissuadidos (DAVIS, 1993, p. 206). Dão sustentação ao mercado da segurança, que gera sua própria demanda paranóica e que torna meramente abstrata, se não completamente obsoleta, a antiga idéia da “liberdade da cidade” (p.224).

A indústria da segurança se vale, retomando Zukin, de uma verdadeira “institucionalização dos medos urbanos”, desencadeando uma “política do medo cotidiano”. Exacerados os riscos, são desviadas as formas de enfrentamento das fontes do perigo e canalizadas para alvos errados: pobres, negros, hispânicos, árabes, muçulmanos, nordestinos, ressaltando a verdade expressa na afirmação de que quando “a complexidade da situação é descartada, fica fácil apontar para aquilo que está mais à mão como sendo a causa das incertezas e ansiedades modernas (BAUMAN, 2003, p.6)”.

Assim, a insegurança serve de máscara ao pensamento único que, conforme Wacquant (2001), inscreve-se em uma constelação discursiva de termos e teses sobre o crime, a violência, a justiça, a desigualdade e a responsabilidade – do indivíduo, da “comunidade”, da coletividade nacional. Termos e teses que adentram o debate público, dissimulando, com a banalização de lugares-comuns, os riscos quanto à redefinição do papel do Estado, que ausente da arena econômica e social, consente a milicialização da sociedade e amplia sua intervenção penal.

Quando polícia e política se misturam, e quando a diferença entre violência e Estado desaparece, ambas começam a justificar-se uma a outra, violentando (terrorizando) a política, tornando-a refém de um estado de emergência. O Estado torna-se dissocializado e passa a operar na forma da intimidação, dissuasão, simulação, provocação ou solicitação espetacular.

¹⁸ Noção desenvolvida por Baudrillard (1983) e Virilio (1984), referente à impotência da ação política como instância legítima de ponderação, negociação e controle sobre situações extremas – no caso, à potencialização tecnológica bilateral de eliminação em massa durante a Guerra Fria.

Para Baudrillard (1983), essa é a realidade transpolítica por trás da política oficial, uma meta cínica para eliminar o social.

A transpolítica ruma para a imagem da cidade sádica, contra a qual o cidadão apenas assume o papel de vítima, o urbano (lei) torna-se a selva (perversão), e o controle supera a capacidade humana. Nessa “nova cartografia urbana” institucionaliza-se a perversidade: confiscados os direitos dos cidadãos, uma massa de excluídos ocupa as “zonas selvagens”, ainda em condição de estado-natureza, e ameaça as “zonas civilizadas”, incluídas no contrato social. O Estado é autorizado “democraticamente” a agir de forma selvagem ou civilizada, conforme a zona (SOUZA SANTOS, 1999).

Na era disciplinar, a exceção estava enclausurada dentro do *panopticom*. Na sociedade do controle, emerge o espaço plano da disciplina para uma desordem generalizada e a situação disciplinar se reverte: a exceção se torna a regra. Os pactos de coexistência que fizeram da cidade um lugar de sociabilidade, mesmo que estreitamente vigiada, caem no vazio. O equilíbrio entre a ordem e a desordem dá lugar a uma “desordem armada”; a cidade do encontro e da convivência se converte no lugar do enfrentamento e da defesa contra o outro (PECHMAN, 2003).

A cidade enquanto *polis* se desvanece em uma memória nostálgica. “A morte da polis é (pois) a morte da política e a negação da negação: todo o espaço público deve ser privatizado, deve estar sob o olhar panóptico, porque o perigo é o público. [...] Não há mais política: há tecnicidades e dispositivos foucaultianos que se impõem com a lei da necessidade. Adequamos nosso discurso para reconhecer a ‘realidade’ e em nome dela, planejar a exceção (OLIVEIRA, 2003, p.13).

Mantendo-se central às operações da economia e do mando, do poder de decisão, a cidade torna-se frágil, ameaçada e ameaçadora, um alvo que se coloca em permanente estado de vigília, extrapolando os limites de seus conflitos internos e atraindo para si o foco da guerra da esfera mundo. Virilio (2004) assevera que o “terrorista compreendeu que, atacando a cidade, as aglomerações, ele tem um poder sem possuir um arsenal”. Com isso, nas suas palavras, emerge a “metropolítica do terror”.

Terror que se aponta como uma utopia específica das sociedades do controle, como sua válvula de escape, investindo na insegurança, incerteza e falta de garantias, tornando os cidadãos seus reféns. A segurança, que era para ser uma entre muitas medidas da administração pública, torna-se princípio básico na atividade do Estado e critério único de legitimação

política. No entanto, o discurso dominante da segurança reflete um paradoxo: adota como instrumentos de controle a fluidez, liquidez e velocidade, sob a retórica de que não há alternativa e que há que se deflagrar guerra imediata ao terror, descartando as exigências de tempo para reflexão e diálogo que caracterizam as políticas públicas. Velocidade e política configuram uma relação autodestrutiva, e o que se chama de segurança pode facilmente se converter em perversão Diken e Laustsen, 2002). Para Agamben (2002), um Estado que tem a segurança como única medida e fonte de legitimação é um organismo frágil; ele pode sempre ser provocado pelo terrorismo e tornar-se ele mesmo terrorista.

Na guerra transpolítica contra o terror, o Estado torna a exceção permanente, e a fantasia gerada na promessa de segurança, certeza e proteção traz a sociedade de volta para a disciplina, deixando-se aprisionar como fuga ao terror. Disciplina que abre espaço para o controle, controle para o terror.

A sociedade do controle está hiperexposta: as mudanças sociais tendem a perder sua dimensão histórica, a informação sintetiza-se em eventos ubíquos e instantâneos, a geografia subordina-se a redes, a política transforma-se em transpolítica, e o real fantasia-se em simulação. No diagrama do controle, dado pelo mercado global, autoridades múltiplas, desterritorializadas vigiam a multidão em movimento, por meio de biopolíticas generalizadas. Tamanha amplitude de comandos acaba por instalar outra armadilha: sua complexa interdependência global submete-se ao inerente perigo de que algum ponto singular possa se potencializar e desencadear efeitos diretos em todos os outros pontos, deflagrando a crise (DIKEN; LAUSTSEN, 2002).

Para Virilio (2004), hiperpotências são ridicularizadas sob a novidade da ameaça inesperada, que surpreende a velocidade absoluta dos mísseis, dos exércitos e dos serviços de informação. Transpolítica e terror, espelhando-se entre si, são duas faces da sociedade de controle. Na reflexão de Baudrillard (1983), o terror é um evento sem consequências, sempre voltado para a morte, e na guerra do terror, o inimigo não é claro. Ninguém e todos podem ser reféns.

Nessa guerra, acuada diante do imprevisto, a sociedade contemporânea assiste a uma “metamorfose dos conflitos”. A sincronização das emoções sentidas em escala mundial, viabilizada pela informação/comunicação, no lugar de fazer emergir uma democracia mundial, instaura o pânico mundial. A cidade aperfeiçoa seus métodos de

vigilância; os olhos do poder afinam o foco e disseminam os alvos. Ninguém mais está salvo, afinal, o “exterminador está entre nós” (VIRILIO, 2004).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ARANTES, O. B. F. Berlim reconquistada. Falsa mistura e outras miragens. *Espaço e Debates* (Revista de Estudos Regionais e Urbanos/NERU), São Paulo, v.23, n.43-44, p.28-50, jan./dez. 2003.

_____. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

AUGÉ, M. *Não-lugares*: uma introdução à antropologia da pós-modernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BAUDRILLARD, J. *Les strategies fatales*. Paris: B. Grasset, 1983.

_____. *Tela total*. Mito-ironias na era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1999.

BAUMAN, Z. A sociedade líquida. Entrevista de Zygmunt Bauman a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 out. 2003. Mais! A sociedade líquida de Zygmunt Bauman, p.4-9.

_____. *Modernity Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENKO, G. Breve exame do mundo pós-moderno. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

BENTES, I. “1984” em 2003. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 jul. 2003. Mais! Orwell reloaded, p.7.

BLANDY, S.; LISTER, D.; ATKINSON, R.; FLINT, J. *Gated Communities: a systematic review of the research evidence.* CNR Paper 12, abril 2003. Disponível em: <<http://www.neighbourhoodcentre.org.uk>>. Acesso em: ago. 2004.

CALDEIRA, T. Exclusão cordial. Entrevista a Daniel Buarque. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2005. Mais! O colapso das cidades, p.4.

CALDEIRA, T. P. Enclaves fortificados: a nova exclusão urbana. *Novos Estudos* (CEBRAP), São Paulo, n.47, p.155-178, mar. 1997.

CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade.* São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

DAVIS, M. A renovação urbana e o espírito pós-moderno. *Espaço e Debates* (NERU), Imagens e representação da cidade, São Paulo, ano IX, n.27, p.92-96, 1989.

_____. *Cidade de Quartzo.* Escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Página Aberta, 1993.

_____. *Ecologia do medo.* Los Angeles e a fabricação de um desastre. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

DIKEN, B.; LAUSTSEN, C. B. *Zones of indistinction – security, terror, and bare life.* Department of Sociology, Lancaster University, 2002. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc091bd.html>>. Acesso em: ago. 2004.

DUHAU, E. Las metrópolis latinoamericanas en el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XV, n.1, p.41-68, 2001.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GOLDSMITH, W. W. Resisting the reality of race: land use, social justice and the metropolitan economy. *Encontro Intenacional Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida*. O desafio para as cidades do século XXI. Porto Alegre: SCPRS/UFRGS/IPPUR/FAUUSP/ Planners Network, 1999.

HAZAN, V.M. *O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos*. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq041/arq041_02.asp>. Acesso em: 18 dez. 2005.

IRAZÁBAL, C. *City marketing and urban governance in the Americas*. Curitiba and Portland: Aschgate, University of Southern California, 2005.

KELLNER, D. Theorizing/resisting McDonaldization: a multiperspectivist approach. In: SMART, B. (Ed.) *Resisting McDonaldization*. Londres: SAEG Publications, 1999.

KURZ, R. Parábolas do meio-irmão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 jul. 2003. Mais! Orwell reloaded, p.14-15.

LASCH, C. *The revolt of the elites and the betrayal of democracy*. Nova York: Norton, 1995.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

MONBIOT. G. Novo big brother tem forma de chip. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 03 mar. 2006, A12.

OLIVEIRA, F. de. As contradições do ao: globalização, nação, região, metropolização. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Org.) *Economia regional e urbana. Contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p.33-60.

_____. O Estado e a exceção ou o estado de exceção? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (Anpur), v.5, n.1, p.9-13, mai. 2003.

PECHMAN, R. M. O mel e o fel da cidade. Lendo folhetins e romances em busca de alguma moral urbana. *Espaço e Debates* (Revista de Estudos Regionais e Urbanos/NERU), São Paulo, v.23, n.43-44, p.71-78, jan./dez. 2003.

SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2003.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHAPIRA, M-F. P. Segregação, fragmentação, secessão: a nova geografia social de Buenos Aires. *Novos Estudos* (CEBRAP), São Paulo:, n.56, p.169-184, mar. 2000.

SMART, B. Resisting McDonaldization: theory, process and critique. In: _____. (Ed.) *Resisting McDonaldization*. Londres: SAEG Publications, 1999.

SOJA, E. W. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

_____. *Postmetropolis. Critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

SORKIN, M. See you in Disneyland. In: FAINSTEIN, S.; SCOTT, C. (Ed.) *Readings in urban theory*. Oxford: Blackwell, 1996.

SOUZA SANTOS, B. de. Estado: entre a globalização hegemônica e a globalização contra-hegemônica. *Palestra proferida no seminário Brasil 500*

Anos: *Experiência e Destino*. A invenção do Estado-Nação. Curitiba: FUNART; UFF: Governo do Estado do Paraná, 29 set. 1999.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIRILIO, P. 'Pânico frio' substitui Guerra Fria. Entrevista a Fernando Eichenberg. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 abr. 2004. Mundo, p. A24.

_____. A catástrofe urbana. Entrevista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 ago. 1997.

_____. A cidade superexposta. *Espaço e debates* (NERU), São Paulo, n.33, ano XI, p.10-17, 1991.

_____. *Guerra pura*. A militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZIZEK, S. A risada enlatada ou o retorno dos oprimidos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 jul. 2003. Mais! Orwell reloaded, p.16-17.

ZUKIN, S. Aprendendo com Disney World. *Espaço e Debates* (Revista de Estudos Regionais e Urbanos/NERU), São Paulo, v.23, n.43-44, p.11-27, jan./dez. 2003.

Recebido em 20/06/2006

Aceito em 03/10/2006